

Produção associada na era da precarização estrutural: uma análise das formas autogestionárias de trabalho

Claudete Pagotto

Resumo

Nosso objetivo é investigar as transformações no mundo do trabalho, a partir da década de 1990, na região do grande ABC, São Paulo/Brasil, buscando compreender as articulações desse processo no plano objetivo e subjetivo para a classe trabalhadora, tendo em vista, a constituição de novas relações de trabalho baseadas em contratos flexíveis, precários. E articular com as novas formas de organização do trabalho como o trabalho terceirização, autônomo, informal, cooperativo e autogestionário. Em suma, pretende-se analisar as experiências de trabalho alternativo na fase atual do capitalismo, retomando o debate sobre a possibilidade (ou não) de produzir relações sociais novas, por meio de cooperativas, sob a ordem de capital.

Palavras-chaves: precarização, cooperativas, autogestão

Introdução

O tema das formas autogestionárias de trabalho em cooperativas associadas à precarização do trabalho ganhou destaque no Brasil, especialmente a partir da década de 90, que se relaciona com as profundas transformações decorrentes da crise estrutural do sistema capitalista. Neste processo, estas mutações remodelaram as formas de produzir e os modos de organizar o trabalho, reordenando as relações sociais, cujas consequências repercutiram de modo desfavorável no plano objetivo e subjetivo para a classe trabalhadora. É importante destacar que, os impactos sobre os trabalhadores não seguiram uma direção linear, pois se a década de 90 a precarização do trabalho como foi prevalente, estudos sobre os indicadores do mercado de trabalho indicam um cenário um promissor na primeira metade dos anos 2000. No entanto, este quadro evolutivo não tem demonstrado um processo de reversão da deterioração do trabalho ocorrida no período anterior.

Esta comunicação tem como objetivo recolocar, mediante pesquisas e reflexões analíticas, a relevância de como e, por meio de quais especificidades, as cooperativas bem como as fábricas recuperadas adquirem uma funcionalidade no processo de precarização do trabalho em curso, embora ao mesmo tempo, podem (ou não), nesse processo, reafirmar valores coletivos na direção da construção de uma nova sociedade.

As cooperativas não só reeditam uma forma de organização nos marcos da precarização do trabalho, como buscam associar o processo de comercialização do produto do seu trabalho à construção de relações mercantis, não propriamente vinculadas à economia capitalista. Analisamos na perspectiva de que encobrem uma relação de exploração na esfera da circulação de mercadorias, por meio da aparente idéia de libertação do trabalho assalariado. Embora, para alguns, esta “libertação” possa significar desde processos de construção da “cidadania e de inclusão social”, até a possibilidade de que essas experiências sigam rumo a um “novo modo de produção”.

Mas, se de um lado, esta “outra economia” oculta uma relação de exploração, fetichiza as relações sociais, de outro, pode se constituir como um recurso no processo de organização de movimentos sociais.

O desenvolvimento de novas tecnologias e de organização da esfera produtiva transfere ao trabalhador não somente a subordinação à máquina, mas a regulação do processo de trabalho. Essa inversão denota um possível controle do trabalho pelo trabalhador e traz em si o ideário de que, com

isso, ele se libertou das amarras do processo de trabalho. Mas essa promessa falaciosa de liberdade se transforma em processos que acentuam e intensificam a não-liberdade do trabalhador, ou seja, intensificam a exploração do trabalho.

Em decorrência dos processos de reestruturação produtiva houve, de um lado, a redução do operariado industrial e fabril e, de outro, o aumento do trabalho precário que se expressa nas formas de subcontratação, terceirização, trabalho parcial, trabalho domiciliar, artesanal, familiar, e em cooperativas e associações.

O crescimento do número de cooperativas de trabalho, a partir da década de 1990, instaura um momento importante na história do cooperativismo no Brasil, por conter aspectos que se distanciam da cooperativa tradicional, vinculada ao desenvolvimento agroindustrial, aos setores dominantes da política agrária. As cooperativas surgem como formas sociais de produção atípicas por se constituírem como um artifício que encobre uma relação de exploração entre o capitalista e o trabalhador, que se manifesta na relação entre vendedores de mercadorias em igual condição, estabelecida na esfera da circulação.

O trabalho em cooperativas nessa pesquisa, portanto, é tratado como uma forma de exploração que se revela, por exemplo, na forma como os trabalhadores são remunerados ao recriarem o *salário por peça*. Ou seja, o pagamento ao trabalhador é definido pela sua capacidade individual de produção ou pela quantidade de horas trabalhadas na execução de um volume determinado de peças, em uma jornada de trabalho determinada.

Esta pesquisa partiu de uma investigação teórica-empírica sobre a atuação de cooperativas de trabalho de experiências vinculadas às atividades associativas, de políticas públicas e de apoio sindical. Assim, embora não se trate de um estudo essencialmente comparativo entre as, essa análise se realiza, em parte, pela construção de um entendimento das especificidades que envolvem o histórico e a forma como é organizado o trabalho em cada experiência.

Neste sentido, o eixo que conduz essa análise é identificar como os trabalhadores estão vivenciando essas novas formas de trabalho, marcadas pela flexibilidade e precariedade, e como encontram na organização de cooperativas uma estratégia para a sua sobrevivência. Levam-se em consideração as funções que as cooperativas de trabalho podem adquirir nesse contexto de aumento de desemprego e de deterioração da vida social urbana, pois, mesmo sendo apoiadas por políticas de geração de trabalho e renda, ou constituídas no bojo de uma luta por moradia, as cooperativas podem significar tanto a reedição de uma nova modalidade de exploração do trabalho ou se constituir em um dos elementos que buscam reproduzir a vida social fora do marco do capitalismo.

A coleta de dados se baseou na pesquisa de campo, realizada em 2012 e no método da pesquisa por oferecer a oportunidade de interagir com os membros das cooperativas e acompanhar uma parte da sua rotina de trabalho. O roteiro da pesquisa, previamente elaborado, não objetivou a aplicação de um questionário para quantificação de dados, mas como auxílio na formulação de perguntas abertas para, no momento da entrevista, promover um diálogo amistoso com o trabalhador sobre questões relacionadas ao histórico, ao funcionamento e às perspectivas que envolvem o trabalho em uma cooperativa.

As transformações no mundo do trabalho contemporâneo

A atual fase do capitalismo tem produzido uma força de trabalho “sobrante” a qual passa a ter um novo significado e se incorpora em um processo de maior “heterogeneização, fragmentação e complexificação” da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995, p. 50).

O crescente desemprego se estabelece em todos os níveis das atividades de trabalho, e muitas vezes se encontra “disfarçado” na flexibilização e na precarização da força de trabalho. E se revela na redução do padrão de vida desses trabalhadores interferindo na reprodução da sua vida social. Os

“sobrantes” ou “supérfluos” se constituem, portanto, como elementos para a reprodução ampliada do capital.

A particularidade deste processo no Brasil diz respeito ao ajuste estrutural da década de 1990, mas também à herança de processos políticos, econômicos e sociais subordinados e dependentes ao mercado internacional. Caracteriza-se assim o mercado interno com pouco dinamismo e desenvolvimento na produção e no trabalho, decorrente do caráter tardio da industrialização do país e das relações entre Estado e sociedade, marcadas pelo autoritarismo e pela rara participação popular em processos políticos e decisórios importantes.

Desemprego esse expresso em números de trabalhadores que permanecem na inatividade e no tempo em que as pessoas permanecem desempregadas, ou seja, o perfil do desempregado mudou ao se verificar, por exemplo, o aumento deste índice sobre adultos e chefes de família. Segundo Mattoso (1999, p. 15), ao longo dos anos 1990, 3,3 milhões de postos de trabalhos formais foram destruídos, sendo os setores mais atingidos a indústria de transformação e a construção civil, havendo um crescimento do setor do comércio e de serviços. Deste modo, a reestruturação produtiva sob o processo de mundialização¹ do capital impactou a dinâmica do trabalho assalariado industrial engendrando processos de precarização e de um sentimento de insegurança, na medida em que se conforma um mundo do trabalho, cada vez mais fragmentado e heterogêneo, dificultando e desmobilizando a organização da classe trabalhadora.

Na lógica da redução de custos, a tendência é tornar a flexibilidade do trabalho um modelo predominante de contratação. Por exemplo, como os adotados nos setores calçadista e têxtil-vestuário, bem como no setor de serviços, sendo a terceirização a forma de contrato mais comum. As empresas utilizam formas de flexibilização dos contratos de trabalho, chamados de “atípicos”, e comumente são caracterizados por: trabalho temporário; trabalho em tempo parcial (*part-time*); trabalho de tempo compartilhado (*job sharing*); suspensão temporária do contrato de trabalho (*lay-off*); estágios. Ou ainda, por meio do deslocamento das atividades-meio ou atividade-fim para outras organizações, proporcionando o aumento do trabalho, sem o aumento do quadro funcional, como por meio dos processos de terceirização/subcontratação; rede de empresas; trabalho a domicílio e cooperativa de trabalho (PICCININI, 2006, p. 98-104).

As diversas formas de flexibilização do trabalho se constituem em formas de precarização, devido à tendência cada vez mais frequente em destruir os direitos e as garantias sociais, conforme Vasapollo:

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. (VASAPOLLO, 2005, p. 10).

Empresas buscaram, inclusive, deslocar a planta industrial de sua produção para regiões do Brasil que propiciaram ao capitalista impostos menores, incentivos governamentais, além da quase nula organização dos trabalhadores em sindicatos, como apontam os estudos de Jacob de Lima sobre as cooperativas de produção industrial no nordeste brasileiro,

são cooperativas formadas para atuarem como subcontratadas em redes empresariais geralmente de setores de trabalho-intensivo como calçados e confecções. Nessas

¹ Para o aprofundamento do conceito de mundialização, muitas vezes traduzido como “globalização”, sugerimos as leituras de: CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005. E, CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

cooperativas o suporte governamental se manifesta na disponibilidade de prédios e infraestrutura complementada por empresas que cedem maquinaria e trabalhadores especializados. A dependência da cooperativa da empresa é total. Funcionando como seção desta. No meio dos anos 90 essas cooperativas foram implementadas em grande número no nordeste do país dentro da política de guerra fiscal. Além do baixo custo da força de trabalho, as empresas – com as cooperativas, organizados pelo Estado – ficavam isentas de custos com obrigações sociais, além de receber incentivos fiscais por dez anos e receberem dos governos estaduais prédios e infraestrutura (LIMA, 2002, p. 11).

Conforme Harvey, os capitalistas tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade desempregados e subempregados “para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis” (HARVEY, 2005, p. 143). Neste sentido, as falsas cooperativas de trabalho, também denominadas cooperfraudes, surgem em decorrência da estratégia do empresariado em burlar os encargos que fazem parte dos direitos trabalhistas, aproveitando-se das brechas do artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o qual suprime a necessidade de vínculo empregatício nas organizações cooperativas.

A repercussão das fraudes à legislação do trabalho por cooperativas, sobretudo acerca do papel exercido por aquelas denominadas por “mão-de-obra” foi a condenação por parte da OIT, por meio de uma Resolução² que alertava os países sobre o crescimento de cooperativas fraudulentas.

Além dos acordos entre sindicato e Ministério Público do Trabalho no sentido de minimizar os efeitos fraudulentos da subcontratação, por cooperativa, nas indústrias metalúrgicas:

O grande embate nas discussões sobre o papel das cooperativas de mão-de-obra é se elas constituem uma alternativa para o problema do desemprego ou são um mecanismo de flexibilização e precarização do trabalho. (...) Outro exemplo: na região do ABC, uma ação conjunta do MPT e do sindicato levou à realização de um acordo em que as cooperativas não poderiam pagar uma remuneração menor do que a assegurada na convenção coletiva da categoria dos metalúrgicos. (...) Em síntese, parte significativa do crescimento das cooperativas de trabalho constitui uma forma dissimulada de relação de emprego, em que os verdadeiros princípios do cooperativismo estão ausentes, prevalecendo formas de precarização do trabalho, num contexto de

A estruturação do modelo de produção flexível implicou, nos países de capitalismo avançado, de um lado a desproletarização do trabalho industrial e de outro a subproletarização:

Esses dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural.

Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela *subproletarização* do trabalho presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’ entre tantas modalidades existentes (ANTUNES, 1995, p. 52).

A desregulamentação da economia significou um dos principais passos na direção da implementação de políticas de ajustes neoliberais, baseadas na redução dos gastos sociais, dos

² Recomendação 193: Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas adotada pela Conferência em sua 90ª Reunião em Genebra, 20 de junho de 2002.

investimentos públicos e dos recursos para infraestrutura pelo Estado. O impacto dessas políticas significou o aumento do desemprego e a deterioração das condições de vida, devido à imposição de políticas econômicas de estabilização acompanhadas de reformas liberalizantes na estrutura do Estado³.

Entretanto, neste contexto, a exploração do trabalho se intensificou de acordo com as exigências dos processos de reestruturação produtiva, transformando o mundo do trabalho em múltiplas faces e tornando mais complexa a análise sobre a composição da classe trabalhadora na atualidade.

Uma noção ampliada, abrangente e contemporânea da classe trabalhadora hoje, a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (ANTUNES, 1995, p. 218).

Entretanto, é importante indicar a existência de um movimento que irá se constituir no interior do processo produtivo com a introdução de novas formas de exploração do trabalho: a valorização da capacidade intelectual, organizacional e de cooperação do trabalhador, inserindo-o como um “colaborador” e não mais como um simples “apêndice da máquina”. A insegurança e o fracasso pessoal são os efeitos da flexibilização na vida social dos trabalhadores. O “caráter se corrói” e a necessidade da comunidade, do retorno ao pronome “nós” como resistência ao sistema no qual os trabalhadores estão invariavelmente condenados a fracassar, pois “os governantes do reino flexível (...) temem o ressurgimento dos sindicatos” e em um regime flexível, de individualização extrema, no qual não é “oferecido aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo” (SENNETT, 1999, p. 176).

O trabalho tende a integrar os indivíduos de modo precário na sociedade urbano-industrial, demonstrando uma incapacidade de assegurar a coesão da sociedade, pois é característico entre muitos uma fragilidade psicológica diante da instabilidade, da insegurança, ou seja, diante de uma crescente anomia social. Ou ainda, conforme Sennett (2000), a destruição dos elementos que davam sentido à carreira profissional e para a vida pessoal transforma o indivíduo, deixando-o com a sensação de estar à deriva e, com isso, denota um caráter corroído, esfacelado. As tendências objetivas do sistema capitalista apontam que esta etapa do processo de acumulação de riquezas engendra, também, processos crescentes de corrosão da classe trabalhadora. No entanto, essa tendência não está isenta de processos de lutas de classes.

Formas alternativas, autogestionárias de trabalho

Desde o final dos anos 1980, o crescimento de cooperativas⁴ como alternativa ao desemprego gerou a ocupação de 1,25 milhões de pessoas nos chamados empreendimentos econômicos solidários, representando uma participação de 1,92% da PEA, conforme dados do Atlas da Economia Solidária (2007)

³ As reformas estruturais resultantes do Consenso de Washington, no final dos anos 1980 e na década de 1990, foram implementadas em diversos países que se encontravam com a balança de pagamentos em desequilíbrio e com altas taxas de inflação, e que aceitaram das instituições internacionais um “receituário de política econômica” (FIORI, 1997, p. 32).

⁴ A OIT define, em sua recomendação 193/2002, a cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum por meio de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática.”

Em grande medida, a expansão dessas formas de organização do trabalho não significou uma alteração ou uma melhora nas condições de trabalho, mas demonstra o desenvolvimento de uma exploração do trabalho em “contornos rudes” em comparação às décadas anteriores:

Tudo o que diz respeito à exploração da força de trabalho terminou não sendo alterado com o predomínio da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil desde 1980. Pelo contrário, observam-se contornos ainda mais rudes na exploração, com avanço inclusive do trabalho escravo e de condições de trabalho mais discriminatórias (POCHMANN, 2004a, p. 29).

Embora o quadro que se apresenta seja demasiado sombrio, as alternativas de trabalho que surgem ganham expressividade, como a economia solidária, que tem sido considerada uma experiência econômica e social importante em razão da amplitude dos dados registrados no Atlas da Economia Solidária em 2007. Com apoio governamental o fomento às formas alternativas de trabalho tende a reproduzir, portanto, os processos de precarização mistificando a noção de libertação ao trabalho assalariado, embora essas mesma experiência podem significar a única forma de inserção ao trabalho e devolver o sentido dos valores sociais e coletivos para um contingente de trabalhadores desempregados.

Ao conceber a economia solidária como uma estratégia de combate ao desemprego, Singer aponta que os mecanismos de regulação e de redistribuição de bens materiais instaurados pelas instituições do Estado são fundamentais para amenizar os efeitos sociais causados pela crise. Deste modo, caracteriza a economia solidária como a possibilidade de promover ações distributivas e de reciprocidade, nos interstícios do sistema capitalista.

Neste sentido, assimila a existência de uma economia que não seria pensada em termos de mercado e Estado, mas nas relações de distribuição e de reciprocidade, privilegiando a solidariedade presente nas relações sociais como principal elemento que condiciona a utilização do capital em favor de lógica distinta da lógica que mercantiliza todas as esferas da reprodução social. De acordo com Singer (1998), o limite da cooperativa se encontra quando passam a fazer parte de uma cadeia de subcontratação para grandes empresas. Ou seja, para o autor as cooperativas perdem a sua autonomia quando vinculadas ao grande capital.

Entretanto, em alguns casos de experiências cooperativas, mesmo que não façam parte de uma cadeia de terceirização, como destacamos acima, seu funcionamento é marcado por uma grande precariedade e com isso tornam-se frágeis diante da concorrência capitalista submetendo-se aos ditames da empresa contratante de seus serviços. E os trabalhadores dessas cooperativas são prestadores de serviços, mesmo efetuando as funções de um trabalhador assalariado, pois o contrato não é de trabalho, mas como resultado de uma negociação entre empresas, ou seja, com essa relação se disfarça a relação entre capital e trabalho.

Algumas experiências

O Grande ABC paulista é formado pelos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, situados no sudeste da grande São Paulo. Representa um dos centros econômicos mais importantes da região metropolitana de São Paulo e do país. O desenvolvimento industrial dessa região se inicia, na primeira metade do século XX, ao longo do eixo da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e se consolida, nos anos 1950, com a instalação do parque industrial automotivo. Se nos anos 1970 a região detinha a totalidade da produção nacional de automóveis, já no início da década de 1980, inicia-se um processo de fechamento de unidades produtivas e de transferência para outras regiões, gerando desemprego e a queda abrupta do rendimento médio da população (ABRAMO, 1999; LEITE, 1985; SADER, 1988).

A construção de equipamentos públicos para o atendimento aos trabalhadores desempregados e para o oferecimento de alternativas de trabalho, é resultado de uma ação política, na qual se consolida a institucionalização do trabalho cooperativo e autônomo, por meio do fomento das chamadas Cadeias Produtivas Solidárias que consiste na organização da produção e consumo entre membros de redes de empreendimentos solidários. De acordo com Mance, esta forma,

não é de um planejamento centralizado, que pretenda planificar a intervenção de todos os atores que operem em uma cadeia produtiva completa de um determinado bem. Cabe aos diversos operadores solidários que atuam na cadeia produtiva darem preferência a fornecedores solidários(2000, p. 2-3).

Trabalho associativo

A Cooperativa Charlotte de confecção e costura foi organizada em 2009 com apoio da Associação Pe.Leo Comissari, no bairro Montanhão, em São Bernardo do Campo por um grupo de quatro mulheres que realizam a confecção de peças, bolsas, etc., a partir da reciclagem de banners.

A oficina se localiza em um espaço cedido pela Associação, possuem e cinco máquinas de costura industrial, sendo parte delas numa relação de comodato com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Ao selecionar os banners o grupo de mulheres realiza uma minuciosa avaliação das peças e decide o tipo de peça que produzir. O trabalho desenvolvido é realizado se houver pedidos, como por exemplo, o de bolsas. A comercialização de seus produtos é realizada informalmente, no entanto, o registro das transações comerciais é realizado pela Rede de Economia Solidária, organizada pela Associação Pe. Leo. O resultado da produtividade do trabalho é dividido igualmente, gerando um valor aproximado de trezentos reais para cada mulher.

Embora, o trabalho desenvolvido demonstre precariedade e insalubridade, elas expõem a importância do diálogo e da liberdade de criação que envolve o trabalho que realizam de modo coletivo. E o fato de não possuírem os benefícios sociais torna maior a desvantagem nessa forma de trabalho considerada informal.

De funcionário a patrão

A Darka, fabricante de bombas hidráulicas há 40 anos, desde 2008 iniciou um processo de falência, atrasou salários e transferiu a credores seus ativos fictícios. Em 2009 a fábrica pediu falência por dívidas, dos 63 funcionários, 35 decidiram ocupar a fábrica e com o apoio do sindicato dos metalúrgicos formaram uma cooperativa, a Hidrocoop.

No dia 22 de agosto de 2010 chegamos para trabalhar e vimos tudo lacrado. Bateu o desespero, o desemprego. Tivemos a ideia de chamar o sindicato para um projeto de cooperativa nos mesmos moldes que a UNIFORJA (Marcio Feitosa, Presidente da Hidrocoop)

A regularização da cooperativa depende da assinatura da ordem judicial de arrendamento da massa falida. No entanto, os trabalhadores, agora cooperados se sentem realizados em manter o contrato e pagamento com os antigos fornecedores. E, seguindo a proposta do Sindicato, o presidente da cooperativa conclui que assim que sair a decisão judicial a Darka vai ter “muitos patrões”, ou melhor, “será cada um dos trabalhadores” (Marcio Feitosa). A Hidrocoop produz modelos de bombas e filtros fabricados para piscinas, irrigação, e para a indústria em geral. Segundo o presidente, o faturamento mensal é de R\$ 550 mil pois conseguem manter os fornecedores em todo o país. O modelo de produção é o da Uniforja, também situada em Diadema é uma cooperativa que surgiu da

antiga empresa Conforja que foi à falência em meados de 1997. Produz anéis, flanges e conexões de aço forjado de toda América Latina.

O salário por peça

A iniciativa de organizar a CoopStilus, uma cooperativa de confecção e costura, surgiu do desdobramento de uma proposta de profissionalização na área da confecção e costura industrial implementada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e com o apoio da Prefeitura de Santo André inserindo-a na cadeia produtiva da Cooperativa Justa Trama⁵.

A partir da necessidade do cliente as cooperadas desenvolvem os “pilotos”, ou seja, os modelos das peças. E, após a aprovação destes pelos contratantes, são combinados os prazos. Nesse ponto explicam que dificilmente possuem uma regularidade na contratação de novos pedidos e na fixação dos prazos para o cumprimento dos pedidos, pois estes são definidos pelo cliente contratante. O processo produtivo da cooperativa torna-se, portanto, subordinado à necessidade do cliente. A rotina do trabalho prevalece sobre a vida pessoal, inclusive uma noção nitidamente racional de que é o pedido contratado pelo cliente que dita o processo de trabalho e não o contrário. O trabalho intenso, retiradas muitos baixas, quando inexistentes e a perspectiva iminente de fechamento, tendo em vista os estudos sobre a viabilidade econômica da cooperativa, ocasionou uma forte evasão de mulheres devida à insegurança que se instalou: “nunca sabemos de quanto será a retirada este mês, isso criou um problema para muitas de nossas colegas”.

Neste contexto se inicia uma compreensão de que um dos fatores geradores da insegurança no trabalho são os altos encargos que uma cooperativa deve arcar: “se eu soubesse, não teria montado uma cooperativa, pois os impostos que temos que pagar minam o nosso trabalho”. Quando questionadas sobre o processo de trabalho e a sua gestão, responderam: “as cooperadas querem um patrão. Querem alguém que mande. Não compreendem, por si mesmas, que os prazos chegam, que são donas também. Por isso é preciso ter sempre uma direção”. “Em dois anos de trabalho, algumas pessoas ainda têm mentalidade de empregado. Não entendem que todo esforço é realizado porque o negócio é nosso”. A jornada de trabalho diária é de 8 horas com pausa para almoço. As férias não são garantidas pela cooperativa. E, por ocasião da pausa para as festas de final ano, não são remuneradas, bem como não são remuneradas as faltas, mesmo por motivo de doença. Nunca houve, portanto, controle sobre atrasos, mas a extensão para além das oito horas tem sido recorrente. Trabalham nos finais de semana e nos feriados quando da necessidade de cumprimento dos prazos das encomendas.

O valor da hora trabalhada era R\$ 1,60, e o valor médio de cada retirada era de R\$ 250,00 mensais e já ficaram sem retiradas em um período de três meses. Contornaram a situação realizando alguns consertos ou costuras individualmente.

A produção, de modo geral, se caracteriza pelo ritmo intenso de trabalho, como mencionamos, mas que se articula a um controle rígido na qualidade realizado, principalmente pelo fornecedor, que em algumas situações pode solicitar a revisão das peças com algum defeito, ampliando a carga de trabalho. Além da existência desse controle exercido por um membro externo à cooperativa, vale ressaltar que não são todas cooperadas que participam da negociação do preço pago pelo fornecedor a cada peça produzida. Parece não haver questionamentos sobre essa falta de participação, pois preferem acatar o proposto para não perder a encomenda.

“Ser competitivo”, nos relatos significa que as grandes indústrias preferem explorar os trabalhadores em oficinas de costura ou em sua casa, por meio da facção e não há como competir com o preço das peças praticado nessas condições.

⁵ A cooperativa Justa Trama é uma cadeia produtiva do setor têxtil agroecológico formada pela associação de 6 cooperativas

Demonstram conhecer os procedimentos que envolvem a gestão de uma cooperativa, mas mesmo com a elaboração de um planejamento organizacional em moldes cooperativos, com reuniões, assembléias, etc. reproduzem, na prática cotidiana, formas de gerenciamento empresarial que implica enfrentar a racionalidade econômica nas questões administrativas e contábeis. A organização da produção reproduz formas parcelares do trabalho, assemelhando-se com a rigidez taylorista, por introduzir o controle do tempo como forma de ampliar a produtividade de cada uma, principalmente com a mudança para o pagamento por peça produzida, gerando um ambiente de concorrência entre as cooperadas. Verificamos que durante a produção, esboçaram que uma controla o tempo e a produção da outra.

Esse controle despótico do trabalho exercido por elas mesmas não representa entre ela algo ruim, pois até o momento entendem o “esforço” como uma necessidade de manter o “negócio”, ou seja, a cooperativa. Por isso, de modo geral, o trabalho representa a possibilidade de complementar a renda familiar e de exercer um horário flexível. Mas, a falta do registro na carteira de trabalho, os altos encargos tributários e o valor da retirada não ser estável, pois depende de contratos, são pontos que em seus relatos demonstram que ao invés da forma cooperativa, a microempresa teria sido uma opção melhor.

Entretanto, a precariedade e a alternativa ao desemprego são os principais aspectos que envolvem esta cooperativa. O cooperativismo se restringe à gestão nos moldes de uma pequena empresa. É uma forma de inserção no mercado de trabalho, mas como uma experiência concreta de deterioração das condições de trabalho.

Considerações finais

Buscamos compreender as dificuldades, limites, mas também as potencialidades das experiências no aprimoramento tanto no manejo das unidades produtivas quanto para sua possível organização política, bem como suas implicações pedagógicas e no plano da consciência de classe.

As cooperativas analisadas, assim como o fenômeno de sua expansão e de empreendimentos coletivos, possuem o mérito de demonstrar a possibilidade de alterar a disciplina e a hierarquia interna adequada à gestão do trabalho nos moldes empresariais para formas autogestionárias e, com isso, indicar elementos de uma nova estrutura social. Demonstram que os próprios trabalhadores podem assumir o controle do trabalho e da produção. No entanto, nas relações sociais de produção capitalista, a gestão cooperativa pode conter os vícios do sistema mercantil capitalista e por se desenvolver em experiências isoladas, não consegue, minimizar os efeitos da crise estrutural do capital e das transformações do mundo do trabalho.

Em um contexto de desemprego e de precarização, os aspectos contraditórios inerentes às cooperativas de trabalho tendem a ocultar as relações de inserção precária ao trabalho; ainda que possam ser resultantes de uma luta autônoma e, por isso, desenvolverem novas relações sociais, nosso estudo tende a indicar que a subordinação aos imperativos mais gerais do mercado e do capital, tem impedido este salto qualitativo.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez; Ed. da UNICAMP, 1995.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, J.C. As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MATTOSO, J. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PICCININI, V. C. et al. O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SENNET, R. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalhador atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005.